

RELATÓRIO TÉCNICO

Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Tradicionais



Assunto	Grupo de Trabalho – comunidade de Degredo	Data	20/06/2017
Local	Degredo	Hora	15:00h
Participantes	Fundação RENOVA, Comunidade Quilombola de Degredo		

Reunião de Grupo de Trabalho

Simone inicia a reunião dando boas vindas a todos e passa a palavra para Eduardo.

Eduardo diz que o Grupo de Trabalho é para dar encaminhamento ao início do pagamento do auxílio emergencial. A lista foi enviada com 131 famílias e à partir dela está sendo criado um plano para dar seguimento ao processo do atendimento emergencial. Pergunta como as lideranças estão realizando o repasse das discussões dos Grupos de Trabalho para a comunidade.

Simone afirma que as lideranças estavam aguardando uma resposta sobre a lista para fazer o repasse com a comunidade. Eduardo sugere que seja estabelecida uma rotina de diálogo periódico para que a comunidade esteja sempre atualizada. Pontua que sobre a lista, por não haver um levantamento oficial da Fundação Palmares de quais são as famílias quilombolas, a lista válida é a feita pela comunidade no processo de auto reconhecimento e reconhecimento coletivo. Para que seja feito o pagamento será necessário recolher a documentação de quem ainda não passou pelo processo de cadastro.

Simony questiona se a lista já foi enviada para o Thiago (Fundação Palmares).

Eduardo responde que na próxima semana vai haver uma reunião presencial entre Fundação Renova e Fundação Palmares onde a lista será apresentada.

Eduardo afirma que recebeu o documento enviado pela liderança com a solicitação da inclusão de pessoas da comunidade durante os trabalhos de estudo do componente quilombola. Afirma que o modelo de trabalho ainda não está definido, mas que vai haver uma integração da comunidade com a equipe da H&P para o acompanhamento dos trabalhos. Esse modelo de trabalho será validado com a Fundação Palmares.

Simone pergunta se já existe um cronograma das ações do plano que está sendo elaborado.

Eduardo responde que existe um plano preliminar que será apresentado para a Fundação Palmares com um cronograma inicial. Gabriel Moura (jurídico da Fundação) faz a leitura do plano preliminar de atendimento emergencial. Ao fim da leitura Eduardo pontua que a Fundação Palmares e a Casa Civil precisam acompanhar o processo junto às comunidades.

Simone relata as dificuldades que as lideranças tiveram para fazer a lista das famílias dentro dos critérios que foram traçados. Que existem famílias que vivem há 30 ou 40 anos na comunidade, mas que não são descendentes de quilombolas, existem aproximadamente 10 famílias nessa situação.

Eduardo responde que precisa haver uma definição antropológica formal por parte da Fundação Palmares, para que o atendimento emergencial não ocasione um problema migratório no caso de

RELATÓRIO TÉCNICO

Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Tradicionais



serem incluídas famílias não tradicionais para o recebimento do auxílio.

Simone afirma que irá consultar o Thiago sobre o caso dessas famílias. Eduardo ressalta que antes de existir um estudo o critério que ficou definido foi a linhagem das famílias.

Mônica e José Leite relatam vários problemas com relação à água e aos peixes que estão sendo pescados com várias feridas ou doenças, e apontam a dúvida sobre a lama não ser tóxica. Fica então acordado que um representante da equipe de Meio Ambiente irá no próximo Grupo de Trabalho para tirar dúvidas e dar encaminhamentos às demandas ambientais.

José Leite retoma o plano preliminar que foi lido trazendo duas questões: o plano não trata sobre as indenizações e o plano diz que o auxílio emergencial pago não será retroativo.

Eduardo retoma que o plano trata de uma proposta de auxílio emergencial dentro do programa de povos tradicionais. Que essa é uma tratativa paliativa até que o estudo do componente quilombola finalize. Esse estudo vai apresentar todas as perdas, inclusive de renda, e com isso será possível ser dimensionada a indenização das famílias.

Simone destacou que a indenização dos pescadores via PIM deve acontecer em breve. Questionou como será no caso dos quilombolas pescadores que estão mapeados para serem indenizados.

Eduardo afirma que essa questão tem que ser discutida com a Fundação Palmares, que essa não é uma decisão que a Renova pode tomar sozinha, porque quando a indenização é feita pelo PIM as obrigações da Fundação são quitadas.

Simone reafirma que essa questão vai gerar confusão na comunidade, que os pescadores além de terem recebido o auxílio emergencial com o valor retroativo também já estão prestes a serem indenizados. A comunidade vai ficar muito insatisfeita caso não receba o emergencial com valor retroativo.

Eduardo aponta a necessidade de uma fundamentação técnica para um aporte de dinheiro tão grande dentro da comunidade. O auxílio emergencial é referente a subsistência dos povos tradicionais, e grandes quantidades de dinheiro nesse cenário criariam uma violação.

Simone afirma que existem quilombolas que recebem pelo cartão e que receberam o auxílio retroativo.

Eduardo destaca que as famílias que receberam retroativo não estavam sendo tratadas pela lógica de povo tradicional. E que a maior preocupação agora é viabilizar o subsídio para as famílias que ainda não recebem. É preciso ter celeridade também no estudo do componente quilombola porque ele irá determinar as indenizações e os projetos e ações específicos para essa comunidade tradicional.

Eduardo retoma sobre a forma de pagamento do auxílio emergencial, apresentando que a forma mais rápida de viabilizar os pagamento seria pelo cartão alelo. Como a comunidade propôs o recebimento por depósito em conta da Caixa Econômica, sugere que o pagamento via alelo seja transitório, que se inicie assim até que o convênio com a Caixa seja viabilizado pela

RELATÓRIO TÉCNICO

Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Tradicionais



Fundação Renova

Simone questiona sobre a documentação necessária e a forma que será feito o cadastramento das famílias.

Lucilene sugere que seja feito por uma pessoa da Renova acompanhada de pessoas da comunidade. Mônica complementa que o ideal seria passar de casa em casa para recolher a documentação.

Eduardo ressalta que com a coleta de documentos acontecendo com agilidade a previsão de pagamento é 1º de agosto.

Simone retoma a questão do acréscimo das famílias antigas na lista, questionando se houver uma validação da Palmares é suficiente para uma legitimação.

Eduardo afirma que a principal questão é garantir a hereditariedade do povo quilombola. Caso haja a instrução da Fundação Palmares para a inclusão dessas famílias precisa ser de uma maneira oficializada. Todo o processo emergencial está sendo feito baseado no reconhecimento da comunidade, e que o estudo do componente quilombola irá apontar quem são as famílias remanescentes.

Mônica pontua que para que as lideranças incluam alguma famílias tem que estar baseado em algum critério, para que não haja dúvidas da legitimidade do processo.

Simone diz que irá conversar com o Thiago também sobre a questão do pagamento retroativo, que essa é a expectativa da comunidade.

Eduardo diz que é preciso trocar a lógica do atendimento convencional, que era feito pelo cadastro. Todo o processo emergencial está sendo feito por um programa específico de povos tradicionais.

Monica relata que a Synergia em suas abordagens está dizendo que caso a pessoa não queira fazer o cadastro (convencional) precisa assinar um termo abrindo mão dos seus direitos.

Eduardo diz que vai haver um alinhamento entre as equipes para que essa abordagem não aconteça mais.

Lucilene aponta uma demanda da comunidade de Degredo, que são os cursos profissionalizantes do Senai que vão acontecer em Povoação. Diz que a comunidade tem interesse de participar em cursos que vão formar mão de obra que o mercado demanda, e que muitas vezes esses cursos não tem esse foco.

Eduardo diz que uma possibilidade é que essa demanda esteja dentro do plano de ação emergencial para que haja cursos de formação para a comunidade. Com relação aos tipos de curso, o ideal seria que a comunidade fizesse o levantamento das formações que seriam atrativas para que fosse estudada a viabilidade do curso.

RELATÓRIO TÉCNICO

Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Tradicionais



Monica diz que no próximo Grupo de Trabalho a liderança vai entregar esse levantamento.

Encaminhamentos:

- 1) Duas pessoas (uma da Renova e outra da comunidade) irão passar de casa em casa em um dia previamente agendado, para digitalizar os documentos para dar seguimento ao processo do pagamento do auxílio emergencial.
- 2) O processo de pagamento vai ser iniciado com o pagamento sendo feito via cartão alelo, e posteriormente será feita uma discussão com a comunidade sobre a necessidade de fazer a migração do pagamento via banco público.
- 3) Eduardo vai enviar o planejamento preliminar e os posicionamentos da reunião com a Palmares e a data da visita para recolher os documentos. Vai enviar também um documento reduzido com as ações previstas para a comunidade quilombola.
- 4) As lideranças farão o levantamento dos cursos profissionalizantes que são de interesse da comunidade em participar.